

CRONOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA*

215

- 1978 – Reunião em Ribeirão Preto (SP) patrocinada pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e pela Associação Latino-Americana de Escolas de Saúde Pública (Alaesp). Surge a possibilidade de criação da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco).

- 1978 – I Encontro Nacional de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Salvador (BA).

- 27 de setembro de 1979 – Realiza-se, em Brasília (DF), a Reunião sobre Formação e Utilização de Pessoal de Nível Superior na Área de Saúde Pública, organizada pela representação da Opas no Brasil. Nesta reunião, ocorre a fundação da Abrasco.

- 1980 – A primeira diretoria cria o estatuto e realiza reuniões para definir as características essenciais da Abrasco.

- Julho/1981 – I Fórum Nacional sobre Residências em Medicina Preventiva e Social – Rio de Janeiro (RJ) – Promoção: Abrasco.

- Outubro/1981 – V Seminário dos Cursos Descentralizados de Saúde Pública – Rio de Janeiro (RJ) – Promoção: Abrasco/Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP).

* A cronologia considerou os aspectos estritamente relacionados à história institucional da Abrasco. Foi responsável por sua elaboração Cláudio Arcoverde, com a orientação de Cristina M. O. Fonseca.

- **Novembro/1981** – Seminário Nacional sobre Epidemiologia – Porto Alegre (RS) e Salvador (BA) – Promoção: Abrasco/ENSP/Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS).

- **Março/1982** – Publicação do *Boletim Abrasco* nº 1.

- **1º e 2 de abril de 1982** – II Encontro Nacional de Mestrados e Doutorados em Saúde Coletiva – São Paulo (SP) – Promoção: Abrasco.

- **Julho/1982** – I Reunião Nacional sobre Ensino e Pesquisa de Ciências Sociais na Área de Saúde Coletiva – São Paulo (SP) – Promoção: Abrasco/Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

- **Setembro/1982** – I Reunião Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Administração e Planejamento na Área de Saúde Coletiva – Nova Friburgo (RJ) – Promoção: Abrasco. Organização: Departamento de Administração e Planejamento em Saúde/Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP).

- **Abril/1983** – III Reunião Nacional de Docentes de Medicina Preventiva e Social – Uberlândia (MG) – Promoção: Abrasco/Associação Brasileira de Educação Médica (Abem)/Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

- **17 a 21 de abril de 1983** – I Congresso Nacional da Abrasco – São Paulo (SP) – Tema: “A política nacional de saúde”.

- **1983** – Comissões da Abrasco segundo o Relatório de Atividades (maio/1981-abril/1983): Comissão Editorial de Ciências Sociais; Comissão Editorial de Administração e Planejamento; Comissão Editorial para o Livro-Texto de Planejamento em Saúde; Comissão de Pesquisa; Comissão Executiva do Curso de Atualização para Docentes de Ciências Sociais.

- **Julho/1983** – II Fórum Nacional sobre Residências em Medicina Preventiva e Social – Cachoeira do Campo (MG) – Promoção: Abrasco/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

- **Agosto/1983** – I Reunião Nacional sobre Ensino e Pesquisa de Saúde Ocupacional – Campos do Jordão (SP) – Promoção: Abrasco.

- **Setembro/1983** – Criação do Grupo Temático sobre Ensino da Medicina Preventiva e Social nos Cursos Médicos – Londrina (PR).

- **Setembro/1983** – Encontro Técnico sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Rio de Janeiro (RJ) – Promoção: Abrasco/Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj).

- **Outubro/1983** – VI Seminário de Avaliação dos Cursos Descentralizados de Saúde Pública – Rio de Janeiro (RJ) – Promoção: Abrasco/Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP).

- **Novembro/1983** – Criação do Grupo Temático sobre Multiprofissionalidade nas Residências em Medicina Preventiva e Social – João Pessoa (PB).

- **Novembro/1983** – Encontro Nacional de Residentes em Saúde Coletiva – Rio de Janeiro (RJ) – Promoção: Abrasco/Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR).

- **1984** – O presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), Aloysio de Salles Fonseca, extingue o Programa de Residência em Medicina Preventiva e Social. O programa foi criado a partir de convênio firmado em 1979 entre o Inamps e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), tendo a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) como executora. Em **novembro**, a Abrasco decide reapresentar à nova diretoria do Inamps, assim que empossada, proposta de reabertura imediata do convênio.

- **Janeiro/1984** – Reunião de todas as Comissões Editoriais da Abrasco: Administração e Planejamento, Ciências Sociais, Epidemiologia, Saúde Ocupacional.

- **Março/1984** – Criação do Grupo Temático sobre Avaliação e Propostas para os Cursos de Saúde Pública – Rio de Janeiro (RJ).

- **Maió/1984** – Convênio de Cooperação Técnico-Científica entre a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Abrasco voltado para o Programa da Saúde Coletiva (PSC) Finep/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

- **Junho/1984** – Comissões da Abrasco segundo o Relatório de Atividades 1983/1984 publicado no *Boletim Abrasco*, 11, jun.-jul.1984: Comissão de Pesquisa; Comissão de Ciências Sociais; Comissão de Administração e Planejamento; Comissão de Saúde Ocupacional; Comissão de Epidemiologia; Comissão Executiva da I Reunião Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Epidemiologia; Comissão Executiva do Seminário de Avaliação e Acompanhamento do Programa de Saúde Coletiva Finep/CNPq; Comissão Executiva do III Seminário Latino-Americano de Medicina Social.

- **Julho/1984** – Abrasco e Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) organizam a Programação da Saúde Coletiva da 36ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – São Paulo (SP).

- **Agosto/1984** – I Reunião Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Epidemiologia – Nova Friburgo (RJ) – Promoção: Abrasco.

- **21 a 25 de agosto de 1984** – Seminário de Avaliação e Acompanhamento do Programa da Saúde Coletiva (PSC) – Nova Friburgo (RJ) – Promoção: Abrasco.

- **27 a 29 de agosto de 1984** – Reunião para Avaliação do Processo de Instalação das Ações Integradas de Saúde – Curitiba (PR) – Promoção: Abrasco/Cebes/Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social do Paraná.

- **8 a 10 de novembro de 1984** – Seminário A Crise e a Transição Democrática: Saúde e Previdência Social – Rio de Janeiro (RJ) – Promoção: Abrasco/Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro/Núcleo de Estudos e Políticas Públicas-Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

- **19 a 23 de novembro de 1984** – III Seminário Latino-Americano de Medicina Social – Ouro Preto (MG). Organização: Abrasco/Cebes/Grupo Internacional de Estudios Avanzados en Medicina Social. Criação da Associação Latino-Americana de Medicina Social.

- **Julho/1985** – Encontro sobre Pesquisa em Saúde Coletiva – Ouro Preto (MG).

- **Julho/1985** – Abrasco e Cebes organizam a Programação de Saúde da 37ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – Belo Horizonte (MG).

- **23 de julho de 1985** – Governo convoca a VIII Conferência Nacional de Saúde, a realizar-se de 2 a 6 de dezembro de 1985.

- **1985** – Realização do Seminário Desafios em Ensino e Pesquisa na Área da Saúde Coletiva na Conjuntura de Transição. Promoção: Abrasco/Finep/CNPq/Secretaria de Ciência e Tecnologia-Ministério da Saúde/Opas.

- **Janeiro/março/1986** – Abrasco constitui suas comissões: Epidemiologia; Ciências Sociais; Administração e Planejamento; Saúde e Trabalho; Nutrição; Políticas de Saúde.

- **Março/1986** – VIII Conferência Nacional de Saúde.

- **Maiio/1986** – Seminário sobre Perspectivas da Epidemiologia frente a [sic] Reorganização dos Serviços de Saúde – Itaparica (BA).

- **Julho/1986** – Abrasco e Cebes organizam a Programação de Saúde Coletiva da 38ª Reunião Anual da SBPC – Curitiba (PR).

- **20 de agosto de 1986** – Instalada a Comissão Nacional da Reforma Sanitária.

- **22 a 26 de setembro de 1986** – I Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – Rio de Janeiro (RJ). Tema: “Reforma Sanitária: garantia do direito universal à saúde”.

- **Outubro/1986** – Seminário sobre Informação em Saúde – Brasília (DF). Promoção: Abrasco/Ministério da Saúde/Opas.

- **9 de dezembro de 1986** – Abrasco aprova voto por correspondência.

- **Junho/1987** – Encontro Nacional de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e Reforma Sanitária – Cachoeira (BA).

- **Junho/1987** – Abrasco e Cebes organizam a Programação de Saúde Coletiva da 39ª Reunião Anual da SBPC – Brasília (DF).

- **22 e 23 de setembro de 1987** – Seminário Estratégias Políticas para a Reforma Sanitária. Realização: Abrasco.

- **30 de novembro de 1987** – Comissões da Abrasco: Ciências Sociais; Saúde e Trabalho; Planejamento e Organização de Serviços; Ensino de Graduação; Nutrição; Epidemiologia; Política de Saúde.

- **Abril/1988** – Seminário Nacional sobre Metodologia da Investigação em Serviços de Saúde. Promoção: Finep/Opas/ENSP/Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva-Universidade Federal de Minas Gerais (Nescon-UFGM)/Abrasco.

- **Maio/1988** – Seminário de Avaliação e Perspectivas dos Cursos Descentralizados de Saúde Pública – Rio de Janeiro (RJ). Promoção: ENSP/Abrasco.

- **Maio/1988** – Seminário sobre Investigação em Serviços de Saúde. Promoção: Opas/Nescon-UFGM/Abrasco.

- **Julho/1988** – Abrasco e Cebes organizam a Programação de Saúde Coletiva da 40ª Reunião Anual da SBPC – São Paulo (SP).

- **9 a 12 de agosto de 1988** – II Seminário de Avaliação e Perspectivas do Programa de Saúde Coletiva – Rio de Janeiro (RJ). Promoção: Finep/CNPq/Opas/Secretaria de Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul/Inamps. Organização: Abrasco.

- **13 a 15 de setembro de 1988** – Simpósio sobre Constituinte e Lei Orgânica da Saúde – Brasília (DF).

- **6 a 7 de outubro de 1988** – Abrasco realiza o seminário A Saúde nas Eleições Municipais – Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj).

- **11 a 14 de maio de 1989** – Oficina de Trabalho Estratégias para o Desenvolvimento da Epidemiologia no Brasil: Elaboração de uma Proposta de Plano Diretor. Promoção: Opas/Ministério da Saúde/CNPq. Organização: Comissão de Epidemiologia da Abrasco/Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

- **3 a 7 de julho de 1989** – II Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – São Paulo. Tema: “Sistema Único de Saúde: uma conquista da sociedade”.

- **2 a 6 de setembro de 1990** – I Congresso Brasileiro de Epidemiologia – Campinas (SP). Tema: “Epidemiologia e desigualdade social: os desafios do século”.

- **Julho/1990** – Abrasco e Cebes organizam a Programação de Saúde Coletiva da 42ª Reunião Anual da SBPC – Porto Alegre (RS).

- **1991** – Abrasco e Cebes organizam a Programação de Saúde Coletiva da 43ª Reunião Anual da SBPC – Rio de Janeiro (RJ).

- **16 a 20 de maio de 1992** – III Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva/ I Encontro de Saúde Coletiva do Cone Sul – Porto Alegre (RS). Tema: “Saúde como direito à vida”.

- **13 a 17 de julho de 1992** – II Congresso Brasileiro de Epidemiologia – Belo Horizonte (MG). Tema: “Qualidade de vida: compromisso histórico da epidemiologia”.

- **6 a 14 de agosto de 1992** – IX Conferência Nacional de Saúde.

- **28 de setembro a 1ª de outubro de 1993** – I Encontro Nacional de Ciências Sociais em Saúde – Belo Horizonte (MG). Realização: Abrasco.

- **Agosto/1993** – Criação do Grupo Temático Informação em Saúde.

- **1994** – Criação do Grupo Temático Comunicação e Saúde.

- **1994** – Criação do Grupo Temático Saúde do Trabalhador.

- **19 a 23 de junho de 1994** – IV Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – Olinda (PE). Tema: “Saúde: o feito por fazer”.

- **1995** – Criação da Comissão de Ciência e Tecnologia.

- **1995** – Criação do Grupo Temático Gênero e Saúde.

- 24 a 28 de abril de 1995 – III Congresso Brasileiro de Epidemiologia/ II Congresso Ibero-Americano de Epidemiologia/I Congresso Latino-Americano de Epidemiologia/I Mostra de Tecnologia em Epidemiologia – Salvador (BA). Tema: “A epidemiologia na busca da equidade em saúde”.

- 7 a 10 de novembro de 1995 – I Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde – Curitiba (PR). Tema: “Cidade e saúde”.

- 1996 – Lançamento da revista *Ciência & Saúde Coletiva*.

- 2 a 8 de setembro de 1996 – X Conferência Nacional de Saúde – Brasília (DF). Tema: “SUS: construindo um modelo de atenção à saúde para a qualidade de vida”.

- 16 de dezembro de 1996 – Constituição de um grupo temático referente à participação da área da Saúde Coletiva nos eventos comemorativos dos quinhentos anos de descobrimento do Brasil.

- 1º e 2 de julho de 1997 – Reunião Nacional sobre Ensino e Pesquisa de Epidemiologia nos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Ribeirão Preto (SP).

- 25 a 29 de agosto de 1997 – V Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – Águas de Lindóia (SP). Tema: “Saúde: responsabilidade do Estado contemporâneo”.

- 1998 – Criação do Grupo Temático Acreditação Pedagógica.

- 28 de setembro a 1º de outubro de 1998 – IV Congresso Brasileiro de Epidemiologia – Rio de Janeiro (RJ). Tema: “Epidemiologia em perspectiva: novos tempos, pessoas e lugares”.

- 17 e 18 de setembro de 1999 – I Encontro Latino-Americano Saúde, Equidade e Gênero: Um Desafio para as Políticas Públicas – Rio de Janeiro (RJ).

- 19 a 22 de setembro de 1999 – II Congresso Internacional Mulher, Trabalho e Saúde – Rio de Janeiro (RJ). Tema: “Equidade de gênero e qualidade de vida: desafios dos novos tempos sociais”.

- **7 a 10 de dezembro de 1999** – II Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde – São Paulo (SP). Tema: “Ciências sociais e saúde: tendências, objetos, abordagens”.

- **2000** – Criação do Grupo Temático Saúde dos Povos Indígenas.

- **2000** – Criação do Grupo Temático Promoção da Saúde.

- **28 de agosto a 1ª de setembro de 2000** – VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – Salvador (BA). Tema: “O sujeito na Saúde Coletiva”. Criação do Grupo Temático Educação Popular em Saúde. Renovação do Grupo Temático Saúde do Trabalhador.

- **2001** – XI Conferência Nacional de Saúde.

- **2001** – Criação do Grupo Temático Saúde e Ambiente.

- **Agosto/2001** – Criação do Grupo Temático Vigilância Sanitária.

- **26 a 30 de novembro de 2001** – I Conferência Nacional de Vigilância Sanitária. Tema: “Efetivar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária: proteger e promover a saúde constituindo cidadania”. Promoção: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde (Anvisa/MS).

- **23 a 27 de março de 2002** – V Congresso Brasileiro de Epidemiologia – Curitiba (PR). Tema: “A epidemiologia na promoção da saúde”.

- **5 e 6 de junho de 2002** – Reunião do Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Brasília (DF).

- **9 a 13 de junho de 2002** – II Seminário Nacional de Saúde e Ambiente – Rio de Janeiro (RJ). Promoção: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)/Abrasco/Fundação Nacional de Saúde (Funasa)/Opas.

- **12 e 13 de dezembro de 2002** – Seminário de Ciências Sociais e Humanas: Desafios da Saúde e da Vida – Rio de Janeiro (RJ). Promoção: Comissão de Ciências Sociais da Abrasco/Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)/Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj).

- **2 a 4 de dezembro de 2002** – Abrasco promove o I Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária – São Paulo (SP).

- **29 de julho a 2 de agosto de 2003** – VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva – Brasília (DF). Tema: “Saúde, justiça, cidadania”.

- **2 de agosto de 2003** – Criação do Grupo Temático Bioética.

- **Maio/2004** – Seminário sobre Ciências Humanas e Sociais em Saúde – Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/Uerj) – Rio de Janeiro (RJ).

- **19 a 23 de junho de 2004** – VI Congresso Brasileiro de Epidemiologia – Recife (PE). Tema: “Um olhar sobre a cidade”.

- **21 a 24 de novembro de 2004** – II Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária e I Simpósio Pan-Americano de Vigilância Sanitária – Caldas Novas (GO). Tema: “Vigilância sanitária, consciência e vida”. Promoção: Abrasco. Apoio: Anvisa/Opas/Fiocruz/Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass)/Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems)/Secretaria Estadual de Saúde de Goiás/Banco do Brasil.

- **9 a 13 de julho de 2005** – III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde – Florianópolis (SC).

- **21 a 25 de agosto de 2006** – VIII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva/XI Congresso Mundial de Saúde Pública – Rio de Janeiro (RJ). Tema: “Saúde Coletiva no mundo globalizado: rompendo barreiras sociais, econômicas e políticas”.

DIRETORIAS DA ABRASCO

▪ GESTÃO 1979-1981

PRESIDENTE – Frederico Simões Barbosa

VICE-PRESIDENTES – Ernani de Paiva Ferreira Braga e
Guilherme Rodrigues da Silva

▪ GESTÃO 1981-1983

PRESIDENTE – Benedictus Philadelpho de Siqueira

VICE-PRESIDENTES – Ernani Braga e Jairnilson Silva Paim

TESOUREIRO – José da Silva Guedes

SECRETÁRIO EXECUTIVO – Paulo Marchiori Buss

▪ GESTÃO 1983-1985

PRESIDENTE – Hésio de Albuquerque Cordeiro

VICE-PRESIDENTES – José da Rocha Carvalheiro e

Francisco Eduardo de Campos

TESOUREIRA – Tânia Celeste Matos Nunes

SECRETÁRIO EXECUTIVO – Paulo Marchiori Buss

▪ GESTÃO 1985-1987

PRESIDENTE – Sebastião Antônio Loureiro de Souza e Silva

VICE-PRESIDENTES – Sônia Fleury Teixeira e Moisés Goldbaum

TESOUREIRO – Eduardo Freese de Carvalho

SECRETÁRIO EXECUTIVO – Paulo Marchiori Buss

▪ GESTÃO 1987-1989

PRESIDENTE – Guilherme Rodrigues da Silva

VICE-PRESIDENTES – Eleutério Rodriguez Neto e
Luiz Cordoni Júnior

TESOUREIRA – Roseni Rosângela Chompri

SECRETÁRIO EXECUTIVO – Paulo Marchiori Buss

▪ GESTÃO 1989-1991

PRESIDENTE – José da Silva Guedes
VICE-PRESIDENTES – Nilson do Rosário Costa e
Carmem Fontes Teixeira
TESOUREIRA – Alina Maria Almeida de Souza
SECRETÁRIO EXECUTIVO – Péricles Silveira da Costa
SECRETÁRIO ADJUNTO – Paulo Marchiori Buss

▪ GESTÃO 1991-1993

PRESIDENTE – Arlindo Fábio Gómez de Sousa
VICE-PRESIDENTES – Maria Cristina Lodi Guedes de Mendonça e
José da Rocha Carvalheiro
TESOUREIRO – Júlio Strubing Müller Neto
SECRETÁRIO EXECUTIVO – Péricles Silveira da Costa
SECRETÁRIO ADJUNTO – Paulo Marchiori Buss

▪ GESTÃO 1994-1996

PRESIDENTE – Maria Cecília de Souza Minayo
VICE-PRESIDENTES – Marilisa Berti de Azevedo Barros e
Pedro Miguel dos Santos Neto
TESOUREIRO – Renato Peixoto Veras
SECRETÁRIO EXECUTIVO – Péricles Silveira da Costa
SECRETÁRIO ADJUNTO – João Carlos Canossa Mendes

▪ GESTÃO 1996-2000

PRESIDENTE – Rita de Cássia Barradas Barata
VICE-PRESIDENTES – Eduardo Navarro Stotz, Everardo Duarte
Nunes, Maria Elizabeth Diniz Barros, Mário Roberto Dal Poz e
Oswaldo Yoshimi Tanaka
SECRETÁRIO EXECUTIVO – Péricles Silveira da Costa
SECRETÁRIOS ADJUNTOS – João Carlos Canossa Mendes e
Álvaro Hideyoshi Matida

▪ GESTÃO 2000-2003

PRESIDENTE – José Carvalho de Noronha
VICE-PRESIDENTES – Francisco Eduardo de Campos, Jairnilson Silva
Paim, Márcia Furquim de Almeida, Paulo Marchiori Buss e Paulo
Eduardo Mangeon Elias
SECRETÁRIO EXECUTIVO – Péricles Silveira da Costa
SECRETÁRIO ADJUNTO – Álvaro Hideyoshi Matida

▪ GESTÃO 2003-2006

PRESIDENTE – Moisés Goldbaum*

VICE-PRESIDENTES – Paulo Ernani Gadelha Vieira, Júlio Strubing Müller Neto, Madel Therezinha Luz, Rômulo Maciel Filho e Soraya Maria Vargas Côrtes

SECRETÁRIO EXECUTIVO – Álvaro Hideyoshi Matida

SECRETÁRIA ADJUNTA – Mônia Mariani

* Em 2005, Moisés Goldbaum assumiu o cargo de secretário de Ciência e Tecnologia e Assuntos Estratégicos do Ministério da Saúde, ocasião em que Paulo Ernani Gadelha Vieira assumiu a presidência na gestão vigente.

PRESIDENTE – Paulo Ernani Gadelha Vieira

VICE-PRESIDENTES – Júlio Strubing Müller Neto, Madel Therezinha Luz, Rômulo Maciel Filho e Soraya Maria Vargas Côrtes

SECRETÁRIO EXECUTIVO – Álvaro Hideyoshi Matida

SECRETÁRIA ADJUNTA – Mônia Mariani



Declaração final do 1º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

O 1º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, promovido pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de setembro de 1986, com a participação de 2000 profissionais da área da saúde coletiva, oriundos dos diversos Estados, representa avanço significativo da Reforma Sanitária Brasileira:

— porque assumimos, na prática, a concepção ampla de saúde referendada na VIII Conferência Nacional de Saúde e alcançamos incorporar, ao campo da Saúde Coletiva, áreas do conhecimento imprescindíveis à plena realização do direito à saúde;

— porque fomos capazes de criar propostas técnicas que representam estratégias concretas da implementação das transformações necessárias à criação de um Sistema Único de saúde, de caráter estatal, descentralizado e controlado pela sociedade, equânime e universalizado no atendimento integral às reais necessidades da população;

— e porque neste evento foi reafirmada a unidade de todas as forças progressistas em torno das propostas aprovadas na VIII CNS e foram construídas e fortalecidas estratégias políticas necessárias à condução correta de nossa luta pela transformação do alarmante quadro sanitário e do caótico sistema de saúde com que convivemos nos dias atuais.

Nesse sentido, não basta apenas afirmar que a saúde deve ser entendida de forma ampliada como uma adição de diferentes elementos que a compõem, mas sim compreendê-la como um processo social, produto do perverso modelo de acumulação capitalista de uma sociedade estreitamente dependente do capital estrangeiro. Modelo esse que se traduz em profundas e inaceitáveis desigualdades sociais, exemplificadas nas questões da posse da terra, da forma predatória de exploração da força de trabalho, das condições de vida urbana e rural.

Essa realidade espelha-se na incidência cumulativa de doenças características do subdesenvolvimento e do desenvolvimento desordenado, que perversamente vitimam a classe trabalhadora. As políticas de saúde das últimas décadas não incorporaram o conhecimento técnico e científico disponível, capaz de sanar grande parte desses males, porque se subordinaram aos interesses capitalistas de acumulação e privatização da saúde.

O processo de redemocratização do país, em que pesem as propostas de transformações objetivando o resgate da dívida social, não logrou os esperados efeitos sobre os setores sociais. Isso porque as políticas sociais continuam sendo equacionadas a partir de critérios de eficiência econômica e como mera decorrência de investimentos do setor produtivo da economia enquanto a nossa riqueza continua a ser canalizada para o pagamento da dívida externa. Acrescente-se a isso o deliberado sucateamento do setor público, que serve como justificativa de uma falaciosa concepção da natureza intrinsecamente ineficiente desse setor.

As possibilidades de reversão desse quadro implicam na contínua mobilização e organização das forças sociais comprometidas com a luta pela implantação de uma Reforma Sanitária e pela garantia constitucional do direito à saúde como dever do Estado.

A ABRASCO se alia a todos aqueles que almejam a democratização da saúde e acredita que só através da

nossa organização coletiva alcançaremos legitimar as medidas que avançam na direção da Reforma Sanitária e impedir, com a nossa vigilância constante, qualquer retrocesso no curso desse processo.

Nesse sentido, reafirmamos:

— a necessidade da continuidade no processo de mobilização social em torno da Reforma, iniciado com a VIII CNS;

— o apoio à Comissão Nacional da Reforma Sanitária para que esta se legitime e ganhe força para propor as transformações que se fazem necessárias;

— o apoio estratégico aos avanços representados pelas AIS enquanto um passo na valorização do setor público e o decidido repúdio a medidas privatizantes como o Cheque Consulta, que representam um retrocesso inaceitável no processo democrático na saúde.

— a necessidade de construção de uma Frente Popular pela Reforma Sanitária, capaz de organizar a base social e política que viabilizará as mudanças requeridas;

— e o nosso engajamento decisivo no processo constitucional, estabelecendo um projeto para a área de saúde a ser inscrito na Nova Constituição e comprometendo desde agora os candidatos com as propostas da Reforma Sanitária.

O 1º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva não se encerra em si mesmo. Continuaremos mobilizados e organizados na difusão da nossa proposta para os constituintes, para os profissionais, para toda a sociedade. Utilizaremos todos os instrumentos que dispomos para aumentar nossas forças e preservar nossa vigilância crítica.

Nesse sentido, recomendamos que sejam organizados fóruns de debate e mobilização em todos cantos do país, articulando assim as representações dos trabalhadores, comunidade, instituições, partidos políticos, universidades, etc; a nível local, municipal e estadual. Desta forma, concretizaremos ainda mais a discussão sobre a Reforma Sanitária, conquistando o necessário respaldo organizativo da sociedade para a sua definitiva implantação.

Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1986.

Plenária do
1º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

ANAI DO CONGRESSO

Os Anais do I Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, contendo os relatórios sucintos das Comunicações Coordenadas e as Moções aprovadas na Assembléia Geral da Associação, está no prelo, devendo ser enviado aos sócios da Abrasco e aos inscritos no evento durante o mês de janeiro.

INTERCÂMBIO

As melhores cenas "extracientíficas" ficaram por conta de rever amigos e do clima de alegria presente no Congresso.

De fato, havia professores, pesquisadores, alunos e pessoal de serviços de saúde de todo o país. Reuniram-se em eventos paralelos, odontólogos,

ex-residentes, enfermeiras, petistas, comunistas, pedetistas, enfim, toda a larga gama de profissionais e tendências presentes neste democrático e multifacético movimento sanitário.

Gente que esteve reunida durante sua formação e depois dispersou, pode reencontrar amigos distantes. Uma

série de eventos foram planejados durante o Congresso: por exemplo, o Encontro Nacional de Epidemiologia, que vai acontecer em 1990, promovido pela Comissão respectiva da Abrasco; ou a reorganização do Movimento de Renovação Odontológica. Também um grupo de assessoria e apoio à elaboração dos

conteúdos de saúde das Constituições Municipais foi formado a partir de uma reunião durante o Congresso, ficando sediado no NESP/UnB e OPAS, em Brasília.

Enfim, um sucesso científico e afetivo, que a área vai repetir com certeza em 1991, por ocasião do 3º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva.

Declaração final do 2º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e do 3º Congresso Paulista de Saúde Pública.

Cada vez mais pobre, cada vez mais doente, cada vez mais desassistido, eis o desenho do quadro sanitário da grande maioria do povo brasileiro. O país nunca vivenciou tamanho descaço das autoridades brasileiras diante da situação de saúde caracterizada pelo crescimento assustador de doenças como a malária, que atinge a cifra de 650.000 casos novos por ano; da hanseníase com 260.000 casos novos por ano; a desnutrição que compromete 30% das crianças brasileiras; dos acidentes de trabalho, doenças profissionais e a violência urbana e rural, que nos colocam na liderança das estatísticas mundiais. Associa-se a este quadro a permanência de epidemias como Chagas, esquistossomose e peste, convivendo com doenças comuns aos países do primeiro mundo. O que causa indignação é que diante dessa realidade o Governo nunca destinou tão poucos recursos para a saúde como no momento atual.

Esse quadro expressa a face mais perversa da atual crise econômica, social e institucional enfrentada pela nação. A recessão, o descontrole econômico e a irresponsabilidade do governo no equacionamento das dívidas externa e interna impõem um custo social inaceitável. Vive-se pois uma profunda crise do Estado brasileiro. A falta de credibilidade política é apenas um aspecto que pode se agravar caso as próximas eleições não apontem para a consolidação de uma ordem efetivamente democrática, comprometida portanto com os setores mais penalizados da população.

CARTA DE SÃO PAULO

A Reforma Sanitária proposta pela VIII Conferência Nacional de Saúde e entendida como um projeto de democratização da saúde e de suas instituições tem sido sistematicamente obstaculizada ou desvirtuada pelo Governo Sarney. Os fatos são eloquentes:

- ausência de prioridade na alocação de recursos para a saúde
- corte de investimentos para a construção de hospitais públicos e centros de saúde
- atraso na liberação dos recursos para a manutenção dos serviços
- má administração financeira da Previdência Social e diminuição da participação da União em seu custeio
- omissão no que diz respeito a uma política de recursos humanos unificada e justa
- bloqueio dos canais de participação da população na definição e controle das políticas de saúde
- desobediências à Constituição não enviando no prazo estabelecido as propostas de projeto de lei sobre Seguridade Social, afim de incluir a saúde
- tentativas sucessivas de burlar a concessão dos benefícios conquistados pelos trabalhadores

Isso tudo em afronta às conquistas já consagradas no novo texto constitucional e nas poucas experiências de gestão democrática e descentralizada do sistema de saúde, fruto de longa luta e mobilização dos diferentes setores sociais engajados no movimento da Reforma Sanitária.

A SAÚDE QUE DEFENDEMOS

Mais que nunca é preciso reafirmar os princípios e pro-

pósitos da Reforma Sanitária. O SUDS, como estratégia para implantação de um sistema único de saúde na perspectiva da Reforma Sanitária, foi desvirtuado e desacreditado pelo governo federal e por muitos governos estaduais e municipais. Do mesmo modo, as políticas econômicas e sociais que aumentam o desemprego, arrocham salários, comprimem benefícios, impedem a reforma agrária, sucateiam as universidades públicas, estrangulam o desenvolvimento científico e tecnológico e alimentam o caos urbano divorciam-se da concepção ampla de saúde tal como consagrada na nova Constituição Brasileira.

São exigências para a preservação e avanço do projeto da Reforma Sanitária:

- aprovação e imediata implantação das leis orgânicas da Seguridade Social – saúde, previdência e assistência social – que contemplem e instrumentalizem as conquistas da área
- imediata instalação das instâncias colegiadas de gestão assegurando a descentralização, o caráter deliberativo e a composição paritária que contemple usuários, trabalhadores de saúde e governo
- reforma político-administrativa que assegure a unicidade de comando em cada esfera de poder
- garantia das bases financeiras da Seguridade Social que possibilitem a retomada de investimentos para ampliação, readequação e reequipamento da rede pública, visando melhoria da qualidade do atendimento em todos os níveis
- garantia da natureza pública das ações, dos serviços e da gestão das instituições no âmbito do SUS

- implantação dos planos unificados de cargos e salários para os trabalhadores de saúde nas três esferas de governo

• retomada da política de desenvolvimento científico e tecnológico que permita a auto-suficiência nacional na produção de insumos e equipamentos

• respeito ao direito constitucional de acesso do cidadão às informações de saúde de caráter individual e coletivo, bem como aquelas relativas à gestão das instituições que compõem o SUS

• medidas imediatas de proteção do indivíduo e da coletividade contra substâncias e atividades que possam produzir riscos à sua saúde e comprometer a qualidade ambiental

• retomada de investimentos em infra-estrutura urbana, particularmente no que se refere ao saneamento básico

A ampliação dessas conquistas pressupõe a ampla difusão do projeto da Reforma Sanitária junto à opinião pública e às organizações de base da sociedade para fortalecimento da consciência sanitária e sua ampla sustentação política.

Assim, no decorrer das próximas eleições, a começar pela presidencial, os candidatos verdadeiramente comprometidos com as necessidades da maioria do povo brasileiro e com o enfrentamento das atuais crises econômica, social e institucional têm o dever de se posicionarem em relação ao projeto da Reforma Sanitária. Isto implica, necessariamente, no compromisso com uma reestruturação profunda do Estado e com a reformulação das políticas econômicas e sociais para a construção de uma sociedade democrática.

CARTA DE PORTO ALEGRE E DE BELO HORIZONTE A SAÚDE COMO DIREITO À VIDA

Indignação é o sentimento que, no momento, mais unifica os profissionais de Saúde Coletiva e os usuários dos serviços de saúde. Indignação com o aumento da miséria e desigualdades na vida, na doença e na morte. Indignação face ao recrudescimento das velhas epidemias — cólera, dengue, malária e meningites — e a expansão das novas epidemias — homicídios, intoxicações, AIDS e acidentes. Indignação com as chamadas políticas de ajuste econômico que impõem a passividade aos povos da América Latina, impedindo-os de dirigir seus destinos. Indignação com a privatização e o desmonte dos Sistemas de Saúde e de Seguridade Social. Indignação com a corrupção, a incompetência político-administrativa e as ameaças à ordem institucional.

A Reforma Sanitária que defendemos impõe o fortalecimento das instituições democráticas que foram arduamente conquistadas nas lutas contra as ditaduras do Cone Sul. Requer, simultaneamente, a adoção de políticas econômicas, de educação, de saúde, de seguridade social, de ciência e tecnologia, consistentes com o desenvolvimento dos nossos países. Demanda, enfim, por sociedades independentes, livres, democráticas, justas e solidárias, capazes de erradicar a pobreza e a marginalização, de reduzir as desigualdades sociais e regionais, de promover o bem de todos, sem preconceitos e discriminações, onde prevaleçam os direitos humanos e a defesa da paz.

A Nação brasileira conseguiu promulgar uma Constituição que reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado, "garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Essa Constituição tem que ser respeitada e cumprida. A revisão constitucional, após o Plebiscito de 1993, não pode ser usada para que um Congresso não-constituente transfigure a Carta de 88.

O Sistema Único de Saúde no Brasil, apesar de legalmente constituído, tem sido progressivamente desvirtuado na sua implantação, seja pelo não funcionamento dos Conselhos de Saúde na maioria dos Estados e Municípios, seja pela não priorização da saúde por parte do Governo Federal, seja pela sonegação de impostos (Finsocial)

efetuada por grande parte dos empresários deste País.

A realização da IX Conferência Nacional de Saúde, no próximo mês de agosto, será uma oportunidade especial para a sociedade brasileira reafirmar seu projeto de Reforma Sanitária e estabelecer as diretrizes para a política nacional de saúde nos próximos anos. Este fórum, também conquistado pela sociedade civil organizada, deverá ser o interlocutor privilegiado para orientar as ações dos governos na área da saúde. Neste particular, cabe discutir e encaminhar soluções relativas à organização da Seguridade Social, ao financiamento estável do setor saúde, à saúde mental, à saúde do trabalhador e das populações indígenas, à vigilância sanitária e à saúde do consumidor, à questão das patentes e das indústrias farmacêuticas e de equipamentos.

Do mesmo modo, as eleições municipais deste ano favorecem a mobilização da sociedade brasileira em todas as cidades do país para redefinir a administração pública, discutirem as políticas sociais no âmbito local e revisarem as questões urbanas e do meio ambiente.

Diante da indignação, o movimento pela democratização da saúde rearticula suas forças e investe na criatividade. Este III Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e I Encontro de Saúde Coletiva do Cone Sul e II Congresso Brasileiro de Epidemiologia representam o fortalecimento deste movimento, pois ampliaram o diálogo entre irmãos do Cone Sul em termos de experiências e de desenvolvimento científico e tecnológico, além de promover a aproximação da produção acadêmica aos serviços de saúde, especialmente dos municípios. O movimento reitera que a IX Conferência Nacional de Saúde é uma conquista da sociedade, não uma concessão do governo, e considera as eleições para os municípios um momento fundamental de reafirmação da cidadania e da construção de um novo projeto de sociedade para o Brasil.

Porto Alegre, 20 de maio de 1992
Belo Horizonte, 17 de julho de 1992

Documento aprovado nas plenárias finais do III Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva/I Encontro de Saúde Coletiva do Cone Sul e II Congresso Brasileiro de Epidemiologia, promovidos pela Abrasco.

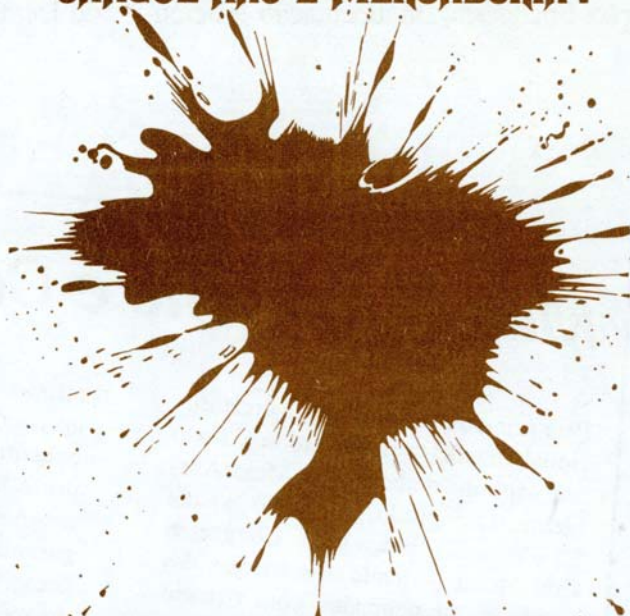
IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

Municipalização é o Caminho

De 09 a 14 de agosto de 1992, na UnB, Brasília, DF

(Ver nas páginas que seguem detalhes da programação e opiniões sobre a Conferência)

SANGUE NÃO É MERCADORIA!



A CONSTITUINTE ESTÁ CERTA.

Intensifica-se a luta para retirar do projeto de Constituição a emenda que proíbe a comercialização do sangue e seus derivados. Recentemente, diversas instituições organizaram ato público no Rio em defesa do artigo. A Abrasco convoca todos os seus associados a se mobilizarem nessa campanha pelo fim da mercantilização vergonhosa do sangue.

